

Escuta sensível e o estudante com transtorno do espectro autista

Nilcéia Frausino da Silva Pinto¹ 

Andreia Cristina Pontarolo² 

Resumo

O presente artigo discute a seguinte problemática: a escuta sensível e a pedagogia da presença contribuem com o desenvolvimento cognitivo do estudante com TEA? O objetivo é compreender a importância de utilizar a escuta sensível e a pedagogia da presença no planejamento escolar a ser desenvolvido com os estudantes. A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica. Os autores citados foram os seguintes: escuta sensível – Faour, Dunker e Thebas, Skliar, Veiga-Neto e Lopes; pedagogia da presença – Costa e Alves; autismo – Doralina, Cunha, Morgado, dentre outros. Conclui-se que a inclusão não é apenas inserir esses estudantes em sala regular, mas oferecer-lhes meios para que eles possam aprender junto com os demais estudantes.

Palavras-chave: Autismo; Escuta sensível; Inclusão escolar.

Abstract

Sensitive listening and the student with autistic spectrum disorder

This article discusses the following problem: do sensitive listening and the pedagogy of presence contribute to the cognitive development of students with ASD? The objective is to understand the importance of using sensitive listening and the pedagogy of presence in school planning to be developed with students. The methodology used was bibliographic analysis. The authors mentioned were the following, sensitive listening: Faour, Dunker and Thebas, Skliar, Veiga-Neto and Lopes. Pedagogy of presence: Costa and Alves Autism: Doralina, Cunha, Morgado, among others. It is concluded that inclusion is not only inserting these students in a regular room, but offering them means for them to learn together with other students.

Keywords: Autism; Sensitive listening; School inclusion.

Resumen

La escucha sensible y el estudiante con trastorno del espectro autista

En este artículo se analiza el siguiente problema: ¿contribuyen la escucha sensible y la pedagogía de la presencia al desarrollo cognitivo de los estudiantes con TEA? El objetivo es comprender la importancia de utilizar la escucha sensible y la pedagogía de la presencia en la planificación escolar que se desarrollará con los estudiantes. La metodología utilizada fue el análisis bibliográfico. Los autores mencionados fueron los siguientes, escucha sensible: Faour, Dunker y Thebas, Skliar, Veiga-Neto y

¹ CEFAPRO, Alta Floresta, MT, Brasil.

² Faculdade Alta Floresta/ Escola Estadual Rui Barbosa, Alta Floresta, MT, Brasil.

Lopes. *Pedagogía de la presencia*: Costa y Alves. *Autismo*: Doralina, Cunha, Morgado, entre otros. Se concluye que la inclusión no es sólo insertar a estos estudiantes en una sala regular, sino ofrecerles medios para que aprendan junto con otros estudiantes.

Palabras clave: Autismo; Escucha sensible; Inclusión escolar.

Introdução

A pesquisa em questão apresenta a temática “contribuições da escuta sensível e da pedagogia da presença no desenvolvimento cognitivo do estudante com transtorno do espectro autista – TEA no ensino regular”. É um tema de extrema importância, pois, apesar das legislações vigentes, ainda há um caminho longo a ser trilhado para que a inclusão ocorra de forma mais confortável tanto para o estudante quanto para o professor. Sendo assim, é necessário estudar, discutir, ampliar e problematizar o olhar para com esse público visto que o conhecimento nunca está acabado. Seguindo essas reflexões, observa-se que o conceito de autismo é amplo e, apesar de muitos estudos sobre esse transtorno, ainda há muito o que se aprender.

Nesse sentido, o conhecimento mais aprofundado sobre o autismo poderá facilitar a inclusão e a aprendizagem desse público. De acordo com pesquisas realizadas, o autismo se caracteriza como transtorno que culmina no atraso do desenvolvimento, marcado por inabilidade para interagir socialmente, dificuldade no domínio da linguagem e comportamento restritivo e repetitivo. Alves (2014) menciona que:

No Brasil, o diagnóstico oficial do autismo é organizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) através do Código Internacional de Doenças (CID 10) de 1993. Nesse manual o autismo aparece no grupo dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. Já no Manual Estatístico e Diagnóstico de Distúrbios Mentais-DSM-5 da Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2014), o transtorno autista é uma condição que faz parte da categoria denominada de Transtornos de Neurodesenvolvimento e recebe o nome de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conforme esse manual os sintomas do autismo podem ser percebidos antes de um ano de idade, ou seja, ainda na primeira infância quando a criança começa apresentar falta de interesse nas relações com o outro (p. 42).

Partindo dessa premissa o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das pessoas com TEA se diferenciam no que tange ao processo de aprendizagem. Alguns apresentam maiores limitações em determinadas áreas dos conhecimentos enquanto outros se sobressaem com mais facilidade, levando em consideração as especificidades de cada caso. Pensando no desenvolvimento cognitivo da pessoa com TEA, é primordial intensificar os estudos teóricos e entender como ocorre a sua inclusão na sala de aula regular. Existem diversos documentos e legislações que asseguram uma política

de educação especial, dentre os quais podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UN, 1948), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a Declaração de Guatemala (RIADIS, 1991) e a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996). Todos esses documentos supracitados enfatizam a igualdade e o direito à educação para todo cidadão.

Entretanto, a inclusão das pessoas com TEA nos espaços sociais requer ainda muitos avanços e informações sobre como agir e como recebê-los em determinados ambientes. Por isso, abordar o processo de inclusão implica proporcionar uma discussão em paralelo para aprofundar os conhecimentos teóricos no que concerne à formação integral dessas pessoas.

Desse modo, a metodologia utilizada foi a análise bibliográfica, baseada em estudos, e a análise de documentos, livros e teses que discutem essa temática. Este trabalho discute a seguinte problemática: a escuta sensível e a pedagogia da presença contribuem com o desenvolvimento cognitivo do estudante com TEA? Constitui seu objetivo compreender a importância de utilizar a escuta sensível e a pedagogia da presença no planejamento escolar a ser desenvolvido com os estudantes.

Dessa forma, as reflexões e problematizações acerca da temática em questão serão pautadas nas ideias dos seguintes autores: escuta sensível – Faour (2009), Dunker e Thebas (2019), Skliar (2019), Veiga-Neto e Lopes (2011); pedagogia da presença – Costa (1997) e Alves et al. (2010); autismo – Alves (2014), Cunha (2010), Morgado (2011) e Silva et al. (2012).

Os desafios e a complexidade do processo inclusivo

Ao se referir à inclusão, visualiza-se o espaço escolar como sendo de fundamental importância para movimentar esse processo. Incluir não tem sido uma ação fácil para a escola. Dentre as várias facetas que envolvem essa ação, incluir os estudantes com deficiências ou transtornos tem sido um desafio para a escola.

Alguns aspectos são considerados relevantes dentro do contexto que permeia a inclusão desses estudantes, tais como a falta de ambiente e de mobiliários estruturados; salas com mais de um estudante com deficiência ou transtorno; salas com excesso de estudantes; materiais pedagógicos inadequados; professores e profissionais que se sentem despreparados para realizar o trabalho com esses alunos. Mesmo diante da

realidade existente e posta como um empecilho para efetivar a inclusão, evidencia-se que historicamente houve períodos mais difíceis, como pontua Cunha (2010):

Durante anos, a escola permaneceu engessada em uma cama, com tudo ao redor ultrapassando-a em uma velocidade díspar. Ela ajudou a construir o desenvolvimento social, tecnológico e humano, sem, entretanto, conseguir acompanhá-lo. Exigirá de nós, educadores, um esforço bem maior para atualizá-la às mudanças que reordenaram-no tempo e o espaço em que vivemos, não somente nos aspectos materiais e científicos mas também afetivos, em razão das sensíveis alterações nos núcleos familiares e sociais (p. 23).

São inegáveis as contribuições da educação para o crescimento tecnológico e econômico, porém a escola, até o século XX, era para poucos no que tange à inclusão de pessoas com transtorno e deficiência. Por meio do processo avaliativo, ela selecionava os estudantes pelas notas tiradas nas “provas” no final de cada bimestre. Nesse processo doloroso de medir conhecimento, ficavam para trás os estudantes que não conseguiam acompanhar, geralmente aqueles com deficiências, transtornos ou dificuldades de aprendizagem. Por conta desse cenário, havia muitas desistências. Eles eram rotulados e excluídos, uma vez que a escola segregava e não incluía. Hoje, diante de todas as problemáticas existentes e em evidência, a escola é vista como um espaço que favorece a inclusão. Sobre a inclusão no âmbito escolar, ressalta Skliar (2019):

Sou daqueles que sentem e pensam a inclusão como um termo que ainda hoje expressa um desejo não cumprido, uma falta, um vazio. Sua reiterada pronúncia não indicaria senão sua ausência de vitalidade, sua inexistência, uma apelação às vezes desesperada e uma presença fantasmagórica. Nas práticas educativas mais centradas na busca de experiências e da linguagem narrativa, “inclusão” é uma palavra que sobra, que não precisa ser enunciada: a relação - assim como as práticas - está presente ou não está, existe ou não existe (p. 36).

A tão almejada inclusão que se busca incansavelmente caminha devagar, seus passos são lentos. Incluir vai além do querer; envolve economia e tem custo alto, logo emperra. A inclusão nos espaços escolares não depende somente da equipe gestora. Um tema que tem sido discutido e pesquisado por muitas pessoas é a complexidade que envolve a inclusão de crianças nas escolas de ensino regular. Mesmo diante dessa complexidade, Cunha (2010) salienta:

A escola é um lugar privilegiado para a socialização, onde as relações afetivas possuem substancial valor. O professor que não considerar os aspectos sociais e humanos da sua atribuição correrá o risco de não ser bem-sucedido. O aluno possui a necessidade de conviver, estabelecer relações, adquirir conhecimento. A primeira evidência desse aferimento estará na manifestação do seu desejo, pelo qual expressará sua humanidade e o caminho para atraí-lo (p. 41).

Os obstáculos que envolvem a inclusão no ambiente escolar são muitos. Mesmo com a falta de recursos, na atual conjuntura os preceitos filosóficos da escola são outros, romperam-se os paradigmas, a forma de ensinar, de conceber o ensino. Procura-se estabelecer a inclusão pensando não somente no desenvolvimento acadêmico dos estudantes com deficiências e transtornos, mas também na sua interação, socialização, bem-estar e no aprendizado que contribua para que eles venham a ter sua independência ou se aproximar dela.

A in/exclusão escolar do estudante com transtorno do espectro autista - TEA

Problematizar a in/exclusão do estudante com TEA implica refletir acerca das legislações que asseguram e/ou embasam essa prática, nesse sentido percebe-se que as políticas inclusivas vigentes precisam ser fortalecidas principalmente no que tange ao processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Morgado (2011, p. 21), “ainda que as causas frequentes do autismo não sejam inteiramente conhecidas, sabemos que se trata de uma perturbação de origem biológica que afeta o desenvolvimento do cérebro”. Portanto, uma das causas que podem originar o autismo é de origem biológica, estabelecida pela genética. Seguindo essa lógica conceitual podemos compreender que:

O autismo é classificado como um transtorno global do desenvolvimento, tendo como característica principal o desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e na comunicação e pela presença de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. Proporcionar às crianças com autismo oportunidades de conviver com outras da mesma faixa etária possibilita o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 65-74).

O espaço escolar proporciona aos estudantes a convivência com a diversidade, portanto esse ambiente se caracteriza como inclusivo, embora ainda ocorram contextos de exclusão. Incluir não tem sido uma ação fácil para a escola. O convívio inclusivo viabiliza o respeito com as particularidades, aperfeiçoa os valores, assim como possibilita aos envolvidos partilhar experiências e adquirir saberes diversos.

O desempenho escolar das crianças com autismo depende muito do nível de acometimento do transtorno. As crianças com um nível mais grave de autismo podem apresentar atraso mental e permanecer dependentes de ajuda. As crianças com autismo leve ou somente com traços autísticos, na maioria das vezes, acompanham muito bem as aulas e os conteúdos didático-pedagógicos (SILVA et al., 2012, p. 109).

É relevante que os docentes concretizem um estudo de caso de cada estudante para posteriormente propor o planejamento com adaptação curricular. Não é aconselhável planejar atividades partindo apenas da visão proposta no laudo médico. As análises nesse contexto são diferentes, pois cada profissional tem um nível de compreensão distinto, por isso a importância do estudo de caso escolar.

As crianças e jovens com NEE³ devem ter acesso às escolas regulares e a elas se devem adequar, através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades. As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (UNESCO, 1994 apud MORGADO, 2011, p. 13).

A escola deve se adequar aos elementos que proporcionam a inclusão, sejam eles estruturais, pedagógicos, entre outros. Ela necessita dar uma resposta educativa com qualidade aos estudantes que precisarem. Desse modo, a inclusão ocorre quando todos compreendem o seu real significado.

O professor interessado pode fazer muito pelas crianças com autismo, mesmo que não seja especialista nessa área. Com amor, dedicação e paciência poderá ganhar confiança de uma criança. O primeiro passo é o conhecimento. Informações específicas sobre o funcionamento autístico são ferramentas essenciais para orientar o professor no trato com esse aluno e, sobretudo, auxiliá-lo em seu desenvolvimento (SILVA et al., 2012, p. 115).

A execução da adaptação curricular exige do professor o conhecimento integral do aluno, porque é impossível adaptar sem conhecer. Dessa forma, é imprescindível que o professor desenvolva um estudo de caso e posteriormente flexibilize o currículo, levando em consideração as especificidades de cada discente. Esses pormenores exigem um planejamento situacional que foque a realidade e o caso de cada estudante. Para tanto, é fundamental a avaliação diagnóstica, pois ela contribui para que o professor tenha conhecimento das dificuldades pedagógicas do estudante. Ela se destaca como primordial nesse contexto: por meio dela é possível conhecer os níveis de desenvolvimento em que os alunos se encontram. Esse argumento fortalece a importância da potencialização dos conhecimentos referentes aos discentes com TEA.

Convém ressaltar que a formação deve contemplar todos os profissionais da unidade escolar, visto que todos são responsáveis pela inclusão. A formação dos profissionais também contempla uma estrutura importante, que é a pedagogia da presença. Como se fazer presente na vida escolar do aluno com TEA?

³ BRASIL, 2006 cita que o termo NEE significa necessidades educacionais especiais.

O educador deve criar no cotidiano do trabalho dirigido ao jovem em dificuldade oportunidades concretas, acontecimentos estruturadores que evidenciem a importância das normas e limites para o bem de cada um e de todos. Só assim o jovem começa a comprometer-se consigo e com os outros. É deste compromisso que nascem as vivências generosas e o calor humano, bases do dinamismo capaz de enriquecer e de transformar sua vida (COSTA, 1997, p. 62).

Costa pontua ser primordial que o professor se faça presente na vida do estudante. Esse fator contribui para a solidez necessária para superar as frustrações e buscar as gratificações entrelaçadas na unidade dinâmica da vida. Esse dinamismo entre docente e discente se concretiza mediante o uso da escuta e da pedagogia da presença. No caso dos alunos com TEA, essas estratégias contribuem de forma significativa já que a maioria dos estudantes apresenta dificuldades na socialização e comunicação.

O processo de inclusão dos alunos com TEA exige um trabalho em conjunto: escola, gestão, professores, funcionários e família. É preciso trocar informações, estar todos articulados e conhecerem o educando para, dessa maneira, proporcionarem meios para que ele se sinta confortável no ambiente da sala de aula, bem como possa se relacionar com outras pessoas, além de desenvolver suas potencialidades.

O autista tem dificuldade em ajustar seu comportamento ao contexto social e não consegue reconhecer ou responder adequadamente às emoções dos demais. É comum, porém, que a criança tenha proximidade com os pais, desenvolvendo inclusive a afeição, mas é mais propensa a abraçar do que a aceitar ser abraçada. As interações sociais com os pares são restritas (ALVES et al., 2010, p. 7).

Portanto, para que a inclusão ocorra de forma responsável, além de conhecer a realidade social e familiar do aluno, todos devem estar preparados e aptos a receber esses alunos em sala de aula. É preciso refletir que o processo de inclusão dos alunos com TEA não se restringe apenas a uma “inclusão”, a estar na sala regular; esse processo requer garantir que aquele aluno esteja incluído no meio, assim como deve promover algum desenvolvimento, seja cognitivo, motor ou social. Uma escola inclusiva convive com a diversidade respeitando cada particularidade e suas distinções.

O processo de inclusão no ensino regular dos educandos com TEA significa que, ao ser incluído nesse espaço, esse aluno se junta aos demais com os mesmos direitos e as mesmas oportunidades de aprendizagens, com estratégias, metodologias e recursos pedagógicos adequados, conforme afirma Morgado:

A educação inclusiva pressupõe escolas abertas a todos, onde todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades, porque o ato educativo se centra na diferenciação curricular inclusiva, construída em função dos contextos de pertença dos alunos, à procura de vias escolares diferentes para dar resposta à diversidade cultural, implementando uma práxis que contemple diferentes metodologias que tenham em atenção os ritmos e os estilos de aprendizagem dos alunos (ROLDÃO, 2003, p.12 apud MORGADO, 2011, p. 16).

Diante de todas essas informações expostas, é importante ressaltar que os profissionais que trabalham com a educação devem ter uma atenção especial no processo de adaptação desses alunos, pois sua forma de aprender é única e precisa ser considerada.

A pedagogia da presença e o estudante com transtorno do espectro autista – TEA

A pedagogia da presença, segundo o autor Costa (1997), busca a aproximação do estudante com o docente. O conceito-chave é se fazer presente, de forma produtiva, na vida dos estudantes. Dessa forma, Costa e Vieira (2006) citam que:

O professor tem de estar sempre junto do aluno para que o aprendizado aconteça”. A essência da Pedagogia da Presença é a reciprocidade. O objetivo central é a mudança da forma de o educando se relacionar consigo mesmo e com os outros, no processo de Aprender a Ser, Aprender a Conviver, Aprender a Conhecer e Aprender a Fazer, conforme norteiam os Quatro Pilares da Educação propostos pela UNESCO e outro dos princípios educativos presentes neste Modelo (p. 35).

Na esteira dessas discussões, Costa e Vieira (2006) fundamentam a importância da reciprocidade, para ele isso significa que “alguém compreendeu, acolheu e incluiu suas vivências, sentimentos e aspirações, filtrou-os a partir de sua própria experiência e comunicou-lhe com clareza a solidariedade e a força para agir”. A presença, neste caso, fundamenta-se na necessidade básica, pois é o primeiro e mais decisivo passo para o educando superar suas dificuldades sociais, isto é, a reconciliação consigo mesmo e com os outros. Para que isso ocorra, é de suma importância que ambos se permitam essa aproximação.

No caso do estudante com TEA, a pedagogia da presença contribui de forma eficaz com o desenvolvimento da afetividade e socialização. Quando o docente utiliza esse benefício em sua prática pedagógica, ele consegue se aproximar do aluno com facilidade; é um trabalho de conquista, entretanto demanda tempo e dedicação.

Para que o desenvolvimento cognitivo do aluno com TEA flua com êxito, o discente precisa se sentir seguro, ter confiança no professor, o que requer reciprocidade e empatia de ambos os lados.

A verdade da relação educador-educando, do ponto de vista da pedagogia da presença, baseia-se na reciprocidade, entendida como interação, na qual duas presenças se revelam mutuamente, aceitando-se e comunicando uma a outra, uma nova consistência, um novo conteúdo, uma nova força, sem que, para isto a originalidade inerente a cada uma seja minimamente posta em causa (COSTA, 1997, p. 53).

Outro benefício proposto pela pedagogia da presença é o desenvolvimento do contato social do aluno com TEA com o coletivo. Essa ação auxilia na quebra de preconceito e na construção de uma escola mais solidária. A escola que prima pelo ensino de qualidade preocupa-se com o currículo real, conseqüentemente esses estudantes precisam constar nos documentos que norteiam o fazer docente: o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Interno.

A presença, é uma exigência constante para o desenvolvimento da personalidade e a inserção social de todo ser humano. Do início ao fim, a vida de cada um de nós se traduz num desejo constante de presença. Quando esses vínculos não existem, ou são demasiados frágeis e se rompem, todo o dinamismo se esvai a vida torna-se absurda e vazia de sentido e a conduta deteriora-se e degrada cada vez mais (COSTA, 1997, p. 73).

Conforme pontua Costa (1997), o planejamento dos professores deve assegurar o processo de aprendizagem dos estudantes com TEA, assim como também a prática de estar presente no momento de execução das atividades. Não adianta planejar ações brilhantes se o dia a dia da sala de aula não contempla a reciprocidade entre aluno e professor. Cabe destacar que a ausência dos laços afetivos compromete o desenvolvimento cognitivo do aluno.

Quanto aos professores, é primordial que eles promovam estratégias que facilitem a compreensão cognitiva dos discentes. O fato de conhecê-los e se aproximar deles já é uma vantagem. A pedagogia da presença, nesse contexto, facilita a receptividade do educando em relação ao conteúdo. Não basta ofertar o conteúdo pelo conteúdo, é preciso ir além. Principalmente no que diz respeito à significação, as aulas precisam ser motivadoras.

A construção do ser humano por uma pedagogia da presença no processo educacional possibilita ao aluno com autismo o autoconhecimento e o desenvolvimento de seu protagonismo. Nesse aspecto, cabe ao docente usufruir dos benefícios da pedagogia da presença para auxiliar o estudante. A presença, nesse contexto, não se refere

somente ao físico, mas também ao encontro entre dois aprendizes: professor e aluno. Tanto a presença quanto a proximidade envolvem as conexões entre os saberes e o agir. Estar presente na vida do aluno envolve o diálogo e a prática da escuta sensível. O ouvir antecede o intervir no contexto inclusivo; assim, é essencial que o professor ouça e compreenda o aluno para depois interferir no seu processo de aprendizagem.

A presença física educativa refere-se a um relacionamento em que duas pessoas se revelam uma para a outra. De forma explícita, seria o docente permitir que sua vida seja submersa pela vida do discente, numa afinidade dialógica. A incapacidade de ouvir impede o desenvolvimento da afetividade entre professor e aluno, o que compromete o relacionamento interpessoal. A partir do momento em que a prática da escuta é levada em consideração no planejamento do professor, há reciprocidade de conhecimento e ambos crescem nos aspectos cognitivo, afetivo e social.

Para que os professores utilizem a pedagogia da presença, é de suma importância que eles conheçam sua essência e seus fundamentos teóricos, ação que culmina na formação dos docentes. Partindo dessa premissa, evidencia-se que é primordial investir no fortalecimento de formação dos professores, principalmente no que concerne ao estudante com TEA.

Até recentemente, somente os professores que possuíam um interesse pela Educação Especial é que se dirigiam para a formação específica e depois, obviamente, faziam escolhas profissionais ou não que envolviam a Educação Especial. Infelizmente, a demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor e a solução tem sido a capacitação do profissional em serviço, através dos programas de formação continuada (ALVES et al., 2010, p. 11).

Um fator importante em relação à formação dos professores para atuar com o estudante com TEA é reconhecer que o conhecimento supera paradigmas. Assim sendo, a inclusão desses alunos implica diversas estratégias, dentre as quais se destaca a pedagogia da presença, bem como a escuta sensível.

O currículo inclusivo requer não apenas modificar o ambiente escolar, mas também adequá-lo às necessidades desses alunos. Saliente-se que é importante ser um ambiente adequado, pois o processo educacional inclusivo preocupa-se com as especificidades apresentadas pelos estudantes, o que exige ser presente na vida escolar do aluno. Uma das missões escolares é propiciar ao aluno a certeza de que ele tem valor e é importante para alguém a fim de, a partir disso, desenvolver o seu autoconceito, a sua autoconfiança e a sua autoestima.

Utilizar a pedagogia da presença nas aulas é algo simples, porém exige do professor habilidades para escutar e educar-se para observar o contíguo dos fatos que transcorrem ante seus olhos, no decorrer das aulas.

A escuta sensível como ferramenta pedagógica no processo de inclusão dos estudantes com transtorno do espectro autista

Incluir os estudantes com TEA no ensino regular tem sido desafiante para todos aqueles que fazem parte da unidade escolar. A escola tem conseguido fazer, com mais facilidade, a inclusão dos estudantes que possuem TEA e estão dentro do nível leve ou moderado. Contudo, como nenhum TEA é igual ao outro mesmo estando dentro dos níveis leve e moderado, em determinados casos a escola encontra barreiras, principalmente quando não é disponibilizada uma pessoa para auxiliar nos cuidados desses estudantes. Esse profissional é de suma importância, pois contribui nas atividades de vida diária, como higienização e alimentação, além de evitar que alguns estudantes com TEA se machuquem.

Além do processo de inclusão, é necessário dar suporte para que o estudante com TEA possa potencializar suas habilidades e minimizar suas singularidades. Para que isso ocorra, o professor carece estar preparado pedagógica e psicologicamente. A escuta tem sido uma ferramenta pedagógica de apoio ao professor que busca incluir o estudante com TEA. Conforme Faour (2009):

Escutar é mais que ouvir. É mais que estar parada em frente a alguém, dividindo o mesmo metro quadrado. Escuta-se com todas as células do corpo. Escuta-se com as mãos, com os olhos, com a respiração, escuta-se inclusive com os ouvidos. Uma postura escuta, um gesto escuta, a boca escuta. Há que deixar apagar e se concentrar no outro (p. 123).

A escuta tem sido usada por muitos profissionais da educação na busca de conhecer um pouco mais seus estudantes. Esse recurso não é usado somente com as pessoas que têm transtornos ou deficiência, mas também com os demais. Especificamente neste trabalho discute-se a escuta a ser realizada com os estudantes com TEA.

Fazer uso da escuta sensível requer que o escutador esteja preparado para exercer essa ação. Nem todas as pessoas conseguem fazer isso, pois ela exige que o praticante se liberte de muitas coisas. Escutar o outro é estar preparado para entrar no seu universo sem ser convidado, sem avisar, sem invadir. O outro não irá saber que há um escutador observando-o. Nesse contexto, Faour (2009) afirma:

Escutar é um desafio maior que nossa percepção alcança. Falar também. Dois sentidos paradoxais. A voz está na voz. A voz não sai da boca, garganta, cordas vocais. A nossa voz, o sopro que faz de você quem você é, está nos ouvidos. Que não são os nossos. A nossa voz reside nos ouvidos de quem nos escuta. Nos tímpanos dos outros. É lá que fazemos a diferença e que nos tornamos quem somos (p. 103-4).

Escutar o outro é estar no outro sem que ele perceba, mergulhar na sua essência, interpretar seu olhar, seus gestos, sua voz. Analisar sua ação, isso é escuta. Escuta-se não para ter conclusões ou pontos de vista, isso não importa. Desprender-se de “pré-conceitos” ou de concepções que se tenha é necessário. O escutador escuta, não para emitir conclusões do escutado; isso é fazer uso errôneo da escuta.

Para realizar a escuta, é fundamental a pessoa querer fazer isso, ter empatia, resiliência e ética, pois irá escutar para encontrar uma forma de auxiliar o escutado. Em se tratando do professor, ele escuta para intervir pedagogicamente. O professor que realiza a escuta busca compreender seu estudante na sua singularidade.

Conhecer o estudante permite que o professor saiba quais são as fragilidades e potencialidades presentes em cada aluno. Partindo disso, o docente consegue chegar até o aluno e contribuir com seu aprendizado. A escuta geralmente é feita de forma individual: o professor, de cada vez, escolhe um para escutar, não somente na sala de aula, mas em todos os ambientes que envolvem a escola; ao se deparar com ele em outro espaço, se possível também deve escutá-lo. Para Dunker e Thebas (2019):

Mas como educar para uma escuta inclusiva, empática, cooperativa? Acreditamos não existir uma única resposta, nem a melhor nem a certa. O que existem são pistas. E, na maioria das vezes, elas são mais valiosas do que respostas definitivas. Essas pistas se encontram nas histórias que vivemos. Às vezes camufladas em metáforas e às vezes bem ali à mostra, concretizadas em ações que deram certo, que não deram certo, ou que deram erradas mesmo (p. 158).

Ao praticar a escuta sensível, o professor praticante não encontrará uma fórmula. Ele vai analisar a melhor metodologia a ser usada, incorporar e realizar a escuta. Escutar o outro exige ter sensibilidade, percepção, uma vez que muitas vezes os detalhes apresentados pelo escutado são mínimos, e o escutador necessitará da sensibilidade para interpretá-los.

Quanto aos estudantes com TEA, sabemos o quanto é complexa a forma como cada um se apresenta. A escuta pode auxiliar o professor a identificar no estudante com TEA o que o leva a desestruturar-se e, assim, pode evitar com antecedência as crises. O ambiente escolar possui muitos ruídos, estímulos, que se denominam

“poluição sonora ou visual”. Para os demais estudantes são estímulos positivos, mas, para os com TEA, não. Por meio da escuta, o professor pode conhecer quais desses estímulos mais levam o estudante com TEA a se desestruturar, pois ela permite que o professor identifique o que não é bem tolerável para esse estudante e reorganiza sua sala de aula de forma a melhorar a inclusão do aluno. Na esteira dessas discussões, Skliar (2019) destaca:

Ainda que o olhar ofereça uma dualidade composta por focos e por margens pouco exploradas, sabemos que nas instituições educativas se tomam decisões diariamente, como produto da naturalização do olhar. Para além da linguagem técnica e especializada, para além das fichas e das relações pontuais no interior das salas de aulas, notamos que certas decisões sobre quem ou não poderá aprender, quem poderá ou não ser incluído, quem poderá ou não “ter” futuro dependem muito de um jogo (muito sério, muito grave) de olhares (p. 31).

A escola possui de certa forma autonomia dentro do seu espaço no seu currículo e depende muito de qual educação ela quer ofertar. O professor, no mesmo viés, dentro da sua sala de aula possui autonomia no seu processo de ensinar. Fazer a diferença está atrelado ao ser profissional de cada um. Se a escola e o professor trabalharem na perspectiva da inclusão e quiserem fazer a diferença na vida de cada estudante, eles o farão, apesar dos obstáculos já destacados neste estudo.

Para tanto, é importante analisar que a escola pode usar o logotipo de escola inclusiva, mas, mesmo assim, segregar o estudante. Incluir não é colocar em sala de aula com os demais estudantes e esquecer que ele está ali. Incluir é adaptar tanto os espaços físicos quanto o pedagógico, é conhecer o estudante e pensar no seu desenvolvimento integral. Para tal ação, a escuta contribui com o professor para que ele possa compreender quem é seu estudante com TEA e possibilitar-lhe o processo de inclusão, tal como determinam as leis, Veiga-Neto e Lopes (2011) mencionam que:

Sendo mais objetivos, pretendemos problematizar o caráter natural que é atribuído à inclusão, entendendo que as políticas que a promovem, bem como os usos da palavra inclusão em circulação, afinam-se tanto com a lógica do binário moderno inclusão x exclusão quanto com a lógica contemporânea em que a inclusão funde-se com a exclusão (p. 125).

Partindo desse pressuposto, a inclusão pode ser compreendida como a prática de olhar para si e para o outro, na lógica dos direitos sociais iguais, sendo esses relacionados a saúde, educação, cultura, entre outras.

Nesse sentido, a escuta no âmbito escolar vem somar ao desempenho da profissão de professor, de tal modo que este, ao agregá-la ao seu fazer pedagógico,

terá a seu favor mais uma ferramenta no seu processo de ensinar. No que tange a escutar o estudante com TEA, as chances de efetivar a inclusão são bem maiores, já que a escuta contribui para o desenvolvimento e o processo inclusivo desses alunos. Escutar os estudantes, em específico o estudante com TEA, é inovar na sua ação docente. O professor que faz uso da escuta compreende mais, passa a ser mais tolerante e pedagogicamente se torna mais competente, pois a escuta lhe proporciona tais competências.

Considerações finais

Com embasamento nos estudos bibliográficos, considera-se que a inclusão não é apenas inserir esses alunos em sala regular, mas é necessário oferecer-lhes meios para que aprendam junto com os demais a fim de que se sintam acolhidos fazendo parte daquele espaço. É essencial que, mesmo com possíveis fragilidades e/ou potencialidades, tenham a mesma oportunidade de aprendizagem que os demais. Outro ponto que merece ser pontuado é o das políticas relacionadas à formação dos professores: é evidente que esse recurso necessita ser intensificado, ou seja, os docentes precisam ser assistidos com estudos teóricos e metodológicos sobre o TEA.

Para que seus planejamentos sejam inclusivos, conforme as demandas apresentadas, considerando as características e como se portam os educandos com TEA, para que o processo de inclusão ocorra de fato, é necessário que as escolas estejam preparadas para essa mudança que envolve não somente espaços físicos, recursos pedagógicos, financeiros, mas também a formação dos profissionais que trabalharão com esses educandos.

É perceptível que a inclusão dos alunos com TEA precisa de parcerias entre escola, família e demais profissionais que acompanham esses estudantes no seu cotidiano. É importante a troca de informações para, dessa forma, conhecer os alunos e desenvolver um trabalho mais produtivo e eficaz.

A inclusão não é apenas inserir esses alunos em sala regular. É necessário oferecer-lhes meios para que se desenvolvam cognitivamente e se sintam acolhidos, fazendo parte daquele espaço. Além disso, é preciso que, mesmo com possíveis limitações, tenham a mesma oportunidade de aprendizagem que os demais.

As bibliografias consultadas no que diz respeito à escuta sensível e à pedagogia da presença comprovam que esses recursos são essenciais no processo de ensino

e aprendizagem dos estudantes com TEA. Quando esses benefícios são levados em consideração, a aplicabilidade da aula passa a ter sentido e significado para eles, e a aprendizagem é internalizada, como almejado pelo processo.

É perceptível que as políticas públicas que asseguram uma educação inclusiva de qualidade vêm avançando cada dia mais, porém, alguns aspectos devem ser levados em consideração, visto que os avanços nas teorias e legislações não significam crescimento na prática pedagógica, uma coisa não tem nada a haver com a outra, assim sendo é preciso cuidado para não naturalizarmos alguns processos considerando-os produtivos, quando na verdade estes exprimem a discriminação negativa para o real sentido da palavra inclusão.

O fortalecimento da formação continuada dos professores surge como possibilidade de mudanças e inovações na prática pedagógica. Nesse sentido, percebe-se que os sistemas de ensino necessitam investir nesses estudos em prol de uma aprendizagem significativa. Aperfeiçoar os saberes necessários à atividade pedagógica é o caminho que fortalece a inclusão. Essa ação se apresenta como estratégia primordial no âmbito educacional. Espera-se que os professores tenham acesso a conhecimentos teóricos e metodológicos, tendo em vista sua atuação na sala de aula com o estudante com TEA.

Por fim, a inclusão é um avanço significativo na área educacional. São pessoas que precisam de oportunidades amplas e diversificadas – porque estas permitem a cada aluno desenvolver seus potenciais, muitas vezes não explorados – e que necessitavam apenas de uma oportunidade para vivenciar outros saberes, conviver com outras pessoas e se perceber como parte de um todo.

Referências

ALVES, M. D. *Alunos com autismo na escola: um estudo de práticas de escolarização*. 2014. 143 fls. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, RS, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ALVES, M. M. C.; LISBOA, D. O.; LISBOA, D. O. Autismo e inclusão escolar. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 4., 2010, Laranjeiras. *Anais...* Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil, 2010. Disponível em: <http://educonse.com.br/2010/eixo_11/e11-25a.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. 23 dez. 1996.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 65-74, jan./abr. 2009.

COSTA, A. C. G. *Pedagogia da presença: da solidão ao encontro*. Belo Horizonte, MG: Modus Faciendi, 1997.

COSTA, A. C. G.; VIEIRA, M. A. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. São Paulo, SP: FTD, 2006.

CUNHA, A. E. *Afeto e aprendizagem: relação de amorosidade e saber na prática pedagógica*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2010.

DUNKER, C.; THEBAS, C. *O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas*. 4. ed. São Paulo, SP: Planeta do Brasil, 2019.

FAOUR, C. *A arte de escutar: histórias que revelam a beleza de ouvir e ser ouvido*. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 2009.

MORGADO, V. L. M. P. *Estratégias a utilizar para promover a inclusão escolar de um aluno com autismo*. 2011. 167 fls. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) — Departamento de Ciências de Educação, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, 2011.

REDE LATINO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS – RIADIS. *Declaração da Guatemala pelo desenvolvimento e inclusão das pessoas com deficiência e suas famílias*. Ciudad de Guatemala, 1991. Disponível em: <<https://www.foal.es/es/node/6391>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SILVA, A. B. B.; GAIATO M. B.; REVELES L. T. *Mundo singular: entenda o autismo*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2012.

SKLIAR, C. *A escuta das diferenças*. Porto Alegre, RS: Mediadora, 2019.

UNITED NATIONS – UN. *Declaração universal dos Direitos Humanos*. New York, NY, 1948. Disponível em: <www.oas.org/dil/port/1948%20Declaração%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educacionais especiais*. Paris, 1994. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Declara__o_de_Salamanca_15226886560741_7091.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. *Verve*, São Paulo, v. 20, p.121-35, 2011. <https://doi.org/10.23925/verve.v0i20.14886>

Submetido em: 09/03/21

Aceito em: 24/06/21

Sobre os autores

Nilcéia Frausino da Silva Pinto

Graduada em LETRAS, pela Uniflor - União das Faculdades de Alta Floresta, Especialização em Educação Especial/ Educação Inclusiva pela UNEMAT campus universitário de Sinop/MT, especialização em Interpretação da Língua Brasileira de Sinais/ UNIP/SP. Professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) turma: LIBRAS - língua Brasileira de Sinais da Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves Carlinda - MT. Autora do Livro Síndrome de Down o amor de uma mãe vencendo Barreira e Quebrando paradigmas e Acreditar e Agir Experiência Inclusivas editado em 2012, membro Imortal do Estado de Mato Grosso na OATL (Oficial Academia Tijuquense de Letras/ SC) ocupante da cadeira nº 24 tendo como patrono Ricardo Guilherme Dick. Regente do coral de LIBRAS mãos que Cantam e Encantam da Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves. Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Especialização em NEUROPSICOPEDAGOGIA EDUCAÇÃO ESPECIAL EDUCAÇÃO INCLUSIVA PELO CENSUPEG - CENTRO SUL BRASILEIRO DE PESQUISA. Atualmente atuando como Professora Formadora do CEFAPRO - Centro de formação e atualização dos profissionais de Educação do Polo de Alta Floresta. Tutora externa do Curso de LETRAS/LIBRAS da UNIASSELVI POLO de Alta Floresta MT. Mestranda em Ensino pela UNIVATES.

E-mail: nilceiafrausino14@hotmail.com

Andreia Cristina Pontarolo

Professora efetiva da Educação Básica Rede Estadual de Mato Grosso, atuando como professora na Escola Estadual Rui Barbosa e na Faculdade de Alta Floresta FAF. Graduada em Pedagogia pela União das faculdades de Alta Floresta (UNIFLOR), Pós-graduada em Educação Infantil e Alfabetização pela AJES e em Neuropsicopedagogia e Educação Inclusiva pela CENSUPEG, Mestra em Ensino pela UNIVATES. Experiência em atuar na Educação Básica do 1º ao 5º ano, sala de Recurso Multifuncional, Laboratório de Aprendizagem e no Ensino Superior com as disciplinas de: Estágio Supervisionado, Língua brasileira de sinais, LIBRAS, Didática, Alfabetização e Letramento, Fundamentos e Metodologia da: Alfabetização. Publicações de artigos na área de Ensino e Educação. Experiência em atuar com formação continuada de professores para Educação Infantil, 1º ao 5º ano, com os temas: Currículo, planejamento, avaliação, transtornos e deficiências. Possui certificação de participação e ministrante em cursos, minicursos, oficinas e palestras voltado para área de atuação da Educação Básica, Educação Especial e Ensino Superior.

E-mail: andreiapontarolo@gmail.com